



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade & “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”

FEPRAM

Informações Gerais

Este Fundo Especial de Proteção Ambiental, localizada na Avenida Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Edifício: Rio Cautário, 2º andar, CNPJ: 02.328.663/0001-65 integra o Poder Executivo, ente da esfera estadual. As competências deste Fundo são regidas pelo Decreto Estadual nº 7.902 de 01 de julho de 1997, com abrangência na Lei Estadual nº 3.744 de 23 de dezembro de 2015 tendo como funções e atividades primordiais: desenvolvimento ambiental rural e urbano, fiscalização e normatização de atividades relacionadas com a qualidade de vida do ambiente e dos recursos naturais;

Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, na qual foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações foram elaboradas conforme as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, com a Lei nº 4.320/1964, que no seu art. 101, descreve o conjunto de relatórios contábeis que deverão ser apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades com o setor público, e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Destaque especial para a publicação da Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023 a qual aprova a 6ª edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, disponibilizada eletronicamente no endereço: http://contabilidade.ro.gov.br/data/uploads/2022/02/SEI_ABC-0023963432-Portaria.pdf, composta por:

Apresentação - Aspectos Iniciais e Síntese das Alterações;

- Balanço Orçamentário- Anexo 12 da lei. 4.320
- Balanço Patrimonial (BP)- Anexo 14 da Lei n 4.320 64
- Demonstração das Variações Patrimoniais(DVP) Anexo 15 da lei. 4.320
- Balanço Financeiro- Anexo13 da lei 4.320
- Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demais Anexo da lei 4.320 64.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A Contabilidade Geral do Estado – COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade – SUPER em Contabilidade Geral do Estado – COGES; vem buscando atender à legislação nacional, no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público 9ª Edição, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável.

Através da Portaria nº 14 de 20 janeiro de 2023, foi aprovado a 6ª edição do Manual de Análises e Procedimentos Contábeis- MCDC/COGES-RO, para o Encerramento do Exercício, disponibilizado através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br> com objetivo de orientar as unidades gestoras sobre os procedimentos a serem executados para o encerramento do exercício financeiro e abertura do ano seguinte, proporcionando maior transparência das informações, além de padronizar e simplificar os procedimentos contábeis em todo o Estado, servindo como fonte de consulta para os profissionais de contabilidade, de auditoria e demais profissionais da gestão administrativa e financeira dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e, inclusive, dos Fundos Especiais.

Dentre as práticas adotadas na classificação contábil, observa-se a essência sobre a forma e a moeda utilizada nos registros e nas transações é o real, moeda oficial do Brasil.

As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão equiparadas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, a taxa câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes.

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos. Quanto a determinados bens que sejam depreciados a taxas diferentes, em função de suas características, devendo também essa particularidade ser evidenciada em notas explicativas.

O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

O Estado adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

O Sistema Contábil utilizado para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis e que estão dispostas como as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Os demonstrativos estão conforme os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade.

A FEPRAM integra o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Governo de Rondônia – SIGEF. As Demonstrações Contábeis estão de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64. O regime contábil adotado na Contabilidade Pública é o regime misto, de Caixa para as receitas e de Competência para as despesas orçamentárias, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nela legalmente empenhadas.

O SISTEMA CONTÁBIL durante o exercício de 2022 utilizou o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/ RO para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis em conformidade com as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição– MCASP.

REMESSAS MENSAS, TRANSMITIDAS PELA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, VIA SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO E AUDITORIA PÚBLICA - SIGAP. Em atenção aos seguintes dispositivos legais: art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia que dispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Instrução Normativa nº 72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativa nº. 72/2020/TCE-RO, para o exercício de 2022 e o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020. Apresentamos a relação dos Identificadores do SEI em que constam os recibos de entrega de remessas mensais, transmitidas, via SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal Orçamentário, Obras e Contratos, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2022 de Administração Direta do Estado de Rondônia, onde estão inclusas as informações da FEPRAM:

MÊS DE REFERÊNCIA	ID PROTOCOLO DE ENTREGA TCE-RO
JANEIRO	0024548472
FEVEREIRO	0027734632
MARÇO	0028714174
ABRIL	0029214799
MAIO	0030088427
JUNHO	0031764216
JULHO	0031868694
AGOSTO	0032620041
SETEMBRO	0033354252
OUTUBRO	0034103242
NOVEMBRO	0034857933
DEZEMBRO	0088.067634/2022-43

Fonte: Processo SEI 0088.067634/2022-43

Declaração Conformidade

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal -(Balancetes: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Porto Velho - RO

Data: 15/03/2023.

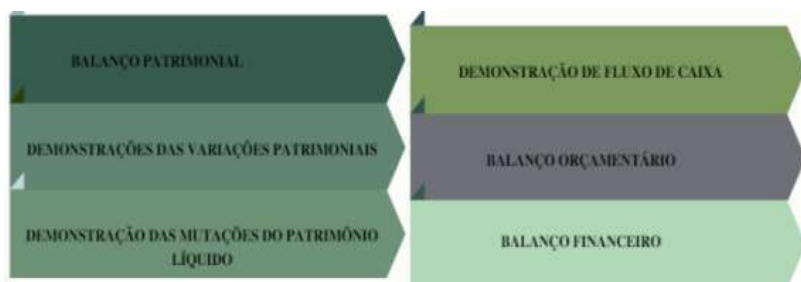
Contador Responsável: ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

CRC nº RO-006290/O-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, no setor público. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização (accountability) quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 9ª Edição:

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - FEPRAM - EXERCÍCIO 2022****ESTADO DE RONDÔNIA****BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	13.142.506,00	13.142.506,00	20.381.401,39	7.238.895,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.024.081,00	13.024.081,00	17.033.152,12	4.009.071,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	71.055,00	71.055,00	3.348.249,27	3.277.194,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.738,00	44.738,00	-	(44.738,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.632,00	2.632,00	-	(2.632,00)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	15.790,00	15.790,00	-	(15.790,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	15.790,00	15.790,00	-	(15.790,00)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.158.296,00	13.158.296,00	20.381.401,39	7.223.105,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.158.296,00	13.158.296,00	20.381.401,39	7.223.105,39
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.158.296,00	13.158.296,00	20.381.401,39	7.223.105,39

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	12.877.440,28	6.694.607,89	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	12.877.440,28	6.694.607,89	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.158.296,00	18.380.660,51	14.298.751,18	13.108.959,55	13.108.959,55	4.081.909,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.702.206,00	702.206,00	213.063,91	213.063,91	213.063,91	489.142,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.456.090,00	17.678.454,51	14.085.687,27	12.895.895,64	12.895.895,64	3.592.767,24
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	-	3.921.611,28	1.290.150,40	807.900,00	807.900,00	2.631.460,88
INVESTIMENTOS	-	3.921.611,28	1.290.150,40	807.900,00	807.900,00	2.631.460,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	13.158.296,00	22.302.271,79	15.588.901,58	13.916.859,55	13.916.859,55	6.713.370,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	13.158.296,00	22.302.271,79	15.588.901,58	13.916.859,55	13.916.859,55	6.713.370,21
SUPERAVIT (XIV)	-	-	4.792.499,81	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	13.158.296,00	22.302.271,79	20.381.401,39	13.916.859,55	13.916.859,55	6.713.370,21
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
	DESPESAS CORRENTES	8.207.965,58				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.452.096,28	-	2.860.095,90	2.860.095,90	-	2.592.000,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.755.869,30	1.101.723,88	1.139.769,88	1.139.769,88	795.448,07	1.922.375,23
DESPESAS DE CAPITAL	-	556.459,92	519.793,92	519.793,92	36.666,00	-
INVESTIMENTOS	-	556.459,92	519.793,92	519.793,92	36.666,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.207.965,58	1.658.183,80	4.519.659,70	4.519.659,70	832.114,07	4.514.375,61

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
	DESPESAS CORRENTES	152.133,70			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	147.341,20	-	142.548,70	-	4.792,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.792,50	2.356.899,10	2.361.691,60	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	152.133,70	2.356.899,10	2.504.240,30	-	4.792,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- FEPRAM - EXERCÍCIO 2022

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964, é a demonstração contábil que deve ser elaborada pela administração pública em que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09), estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As Receitas Orçamentária são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, fontes de recursos utilizadas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas transitam pelo patrimônio da secretaria, aumentam-lhe o saldo financeiro. As despesas Orçamentária são valores que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Resultado Orçamentário: seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente, empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas à (fim) de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas. Além de indicar o resultado orçamentário pela comparação entre a receita arrecadada e a despesa empenhada em linha própria, o demonstrativo ainda evidencia, após a linha "Total" do quadro da receita, a parcela do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior, utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como, o montante utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos especiais e extraordinários, com o nome de "SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES".

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, em função da utilização, no exercício de referência, do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta. Ocorre um desequilíbrio aparente porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária. Da utilização desse recurso em diante o Balanço Orçamentário passa a demonstrar um desequilíbrio que reflete as regras de contabilização no setor público, ou seja, o reconhecimento da receita no momento da arrecadação e o reconhecimento da despesa no momento do empenho. Com base no exposto, o Balanço Orçamentário definido proporciona ao usuário de suas informações a possibilidade de analisar o seu resultado, confrontando-o com o superávit financeiro de exercícios anteriores, pois apresenta a linha saldos de exercícios anteriores.

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 180011 – FEPRAM, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processado.

O Quadro Principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e é formado por duas seções: quadro da receita e quadro da despesa. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. Em conexo, as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções. O quadro da receita é desdobrado em cinco colunas de informação e evidência a receita orçamentária, especificando a categoria econômica, a origem, e a espécie da receita, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da previsão inicial, da previsão atualizada, da receita atualizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada.

O quadro da despesa é desdobrado em sete colunas de informação e evidência a despesa orçamentária, especificando a categoria econômica e o grupo de natureza de despesa, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da dotação inicial, da dotação atualizada, da despesa empenhada, da despesa liquidada, da despesa paga e o saldo da dotação.

NOTA 1-ORÇAMENTO

Da dotação orçamentária esta Unidade gestora 180011- FEPRAM teve sua receita estimada e despesa fixada para o Exercício de 2022 mediante aprovação da Lei nº 5.246 DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Lei Orçamentária Anual, publicada – Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 6.1 Disponibilização: 11/01/2022, conforme detalhado abaixo:

Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Subtotal por UG							
Exercício 2022							
UNIDADE: 180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental							
MES: 12 - DEZEMBRO							
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental							
Fonte	Nomenclatura	Orçada	Previsão Atualizada	Arrecadada no Mes	Arrecadada Até o Mes	Para Mais	Para Menos
		0,00	0,00	0,00	0,00		
205000000	1121040100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - P	11.231.921,00	11.231.921,00	1.668.061,52	13.295.672,85	2.063.751,85	
205000000	1121040300 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - D	1.159.246,00	1.159.246,00	158.957,58	2.873.911,37	1.714.665,37	
205000000	1121040500 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - M	632.914,00	632.914,00	69.649,42	863.567,90	230.653,90	
205000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	372.306,42	1.758.912,57	1.758.912,57	
205000000	1321010199 Remuneração de Depósitos Bancários - Outros	71.055,00	71.055,00	0,00	0,00		71.055,00
205000000	1346990100 Demais Receitas de Exploração de Recursos Nat	0,00	0,00	823.370,13	823.370,13	823.370,13	
205000000	1741990101 Outras Transferências de Convênios de Institu	44.738,00	44.738,00	0,00	0,00		44.738,00
205000000	1999992199 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projeta	2.632,00	2.632,00	0,00	0,00		2.632,00
205000000	2213010199 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princ	15.790,00	15.790,00	0,00	0,00		15.790,00
251000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	(141.898,86)	151.100,60	151.100,60	
258000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	614.865,97	614.865,97	
264000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Total UG - 180011	13.158.296,00	13.158.296,00	2.940.446,21	20.381.401,39	7.223.105,39	
	Total Consolidado	13.158.296,00	13.158.296,00	2.940.446,21	20.381.401,39	7.223.105,39	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

NOTA 2. RECEITAS

A previsão de receita inicial e atualizada perfizeram o montante de R\$13.158.296,00. Cumpre salientar que a receita realizada perfaz o valor de R\$ 20.381.401,39, sendo toda composta por Receita Corrente de R\$ 20.381.401,39.

Conforme quadro apresentado acima na nota 1, o detalhamento da arrecadação por fonte perfaz um total de R\$ 20.381.401,39, composta por receita de impostos, taxas e contribuição de melhoria no valor de 17.033.152,12, Receita patrimonial de R\$ 2.524.879,14 e 823.370,13 de receita de exploração de recursos naturais.

A unidade 180011 excedeu a arrecadação em R\$: 7.223.105,39 que representou 54% a mais da previsão da receita. Isso ocorreu devido às atividades desenvolvidas com projetos e estratégias de trabalho para executar com mais fidedignidade os trabalhos de análise, monitoramento e fiscalização, com objetivo de coibir as infrações ambientais e, conseqüentemente aumentou as solicitações de Licenças para regularização dos empreendimentos no Estado de Rondônia.

NOTA 3-DESPESAS

A Despesa Orçamentária desta UG 180011- FEPRAM teve dotação inicial na ordem de R\$: 13.158.296,00 e ainda dotação atualizada no montante de R\$ 22.302.271,79, No entanto foram empenhados R\$ 15.588.901.580 . As despesas foram executadas conforme atividades detalhadas no quadro abaixo:

	UNIDADE: 180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	EXERCICIO: 2022				
FTE	SUBELEMENTO	Desp Empenhada	Desp a Liquidar	Desp em Liquidacao	Desp Liquidada	Desp Paga
205	33190041400 - SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	213.063,91	0,00	0,00	0,00	213.063,91
205	33390040200 - AUXÍLIO SAÚDE - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL/TEMPORÁRIO.	1.176,67	0,00	0,00	0,00	1.176,67
205	33390044900 - AUXILIO TRANSPORTE	3.871,80	0,00	0,00	0,00	3.871,80
205	33390141400 - DIARIAS NO PAIS(DENTRO DO ESTADO)	2.085.975,00	0,00	0,00	0,00	2.085.975,00
205	33390141500 - DIÁRIAS NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	116.800,00	0,00	0,00	0,00	116.800,00
205	33390141600 - DIÁRIAS NO EXTERIOR	89.397,48	0,00	0,00	0,00	89.397,48
205	33390151400 - DIARIAS NO PAIS (DENTRO DO ESTADO)	3.102.875,00	0,00	0,00	1.500,00	3.102.875,00
205	33390151500 - DIARIAS NO PAÍS - FORA DO ESTADO	8.730,00	0,00	0,00	0,00	8.730,00
205	33390300300 - COMBUSTIVEIS E LUBRIF P/ OUTRAS FINALIDADES	22.181,50	0,00	0,00	0,00	22.181,50
205	33390301400 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	128.500,00	0,00	0,00	0,00	128.500,00
205	33390301600 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	85.081,17	39.744,67	0,00	0,00	45.336,50
205	33390301900 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	10.890,00	0,00	0,00	0,00	10.890,00
205	33390302100 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	81.897,21	24.075,09	0,00	0,00	57.822,12
205	33390302200 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD DE HIGIENIZACAO	7.158,00	0,00	0,00	0,00	7.158,00
205	33390302300 - UNIFORMES TECIDOS E AVIAMENTOS (USO IMEDIATO - VPD)	12.787,00	0,00	0,00	0,00	12.787,00
205	33390302600 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	296.920,00	296.920,00	0,00	0,00	0,00
205	33390303400 - SOBRESSAL. MAQ. E MOTORES NAVIOS, EMBARCACOES	35.072,80	0,00	0,00	0,00	35.072,80
205	33390304200 - FERRAMENTAS	2.205,00	2.205,00	0,00	0,00	0,00
205	33390305400 - MATERIAL GRAFICO	43.685,09	3.169,20	0,00	0,00	40.515,89
205	33390309600 - MATERIAL DE CONSUMO PAGTO.ANTECIPADO	29.770,16	0,00	0,00	0,00	29.770,16
205	33390330100 - PASSAGENS PARA O PAÍS	210.000,00	62.015,18	0,00	0,00	147.984,82
205	33390360200 - Diarias a Colaboradores Eventuais no Pais	6.750,00	0,00	0,00	0,00	6.750,00
205	33390370500 - VIGILANCIA OSTENSIVA	212.305,44	0,00	0,00	0,00	212.305,44
205	33390390500 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00
205	33390391300 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS	1.049.880,00	171.383,78	0,00	0,00	878.496,22
205	33390391400 - LOCACAO DE BENS MOV OUT NATUREZAS E INTANGIVE	1.108,00	0,00	0,00	0,00	1.108,00
205	33390391700 - MANUT E CONSERV DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	150.000,00	54.141,53	0,00	0,00	95.858,47
205	33390391900 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	750.000,00	26.750,42	0,00	0,00	723.249,58
205	33390394100 - FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
205	33390396900 - SEGUROS EM GERAL	13.788,60	0,00	0,00	0,00	13.788,60
205	33390399000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00	1.800,00	0,00	0,00	4.200,00
205	33390399600 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PJ PAGTO ANTECIPADO	28.248,55	0,00	0,00	0,00	28.248,55
205	33390930200 - RESTITUIÇÕES	39.635,55	0,00	0,00	0,00	39.635,55
205	34490521200 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS.	34.139,76	34.139,76	0,00	0,00	0,00
605	33390141400 - DIARIAS NO PAIS(DENTRO DO ESTADO)	1.561.100,00	0,00	0,00	0,00	1.561.100,00
605	33390141500 - DIÁRIAS NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	8.980,00	0,00	0,00	0,00	8.980,00
605	33390151400 - DIARIAS NO PAIS (DENTRO DO ESTADO)	1.580.125,00	0,00	0,00	0,00	1.580.125,00
605	33390300400 - GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	5.580,00	4.960,00	0,00	0,00	620,00
605	33390301900 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	32.265,00	0,00	0,00	0,00	32.265,00

605	33390302200 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD DE HIGIENIZACAO	201.012,26	6.645,00	0,00	0,00	194.367,26
605	33390302300 - UNIFORMES TECIDOS E AVIAMENTOS (USO IMEDIATO - VPD)	13.832,00	0,00	0,00	0,00	13.832,00
605	33390302800 - MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANÇA	5.582,67	5.190,67	0,00	0,00	392,00
605	33390304400 - MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	376.672,22	36.980,00	0,00	0,00	339.692,22
605	33390305400 - MATERIAL GRAFICO	107.543,33	2.700,00	0,00	0,00	104.843,33
605	33390309600 - MATERIAL DE CONSUMO PAGTO.ANTECIPADO	9.115,00	0,00	0,00	0,00	9.115,00
605	33390330200 - PASSAGENS PARA FORA DO PAÍS	60.000,00	9.465,08	0,00	0,00	50.534,92
605	33390370500 - VIGILANCIA OSTENSIVA	508.781,12	81.001,61	0,00	8.910,18	427.779,51
605	33390391300 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00
605	33390391900 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
605	33390399600 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PJ PAGTO ANTECIPADO	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00
605	33390400500 - SERVICO DE COMUNICACAO DE DADOS	530.000,00	128.923,75	0,00	0,00	401.076,25
605	34490520400 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	10.180,24	10.180,24	0,00	0,00	0,00
605	34490523300 - EQUIP.P/AUDIO , VIDEO E FOTO	5.930,40	5.930,40	0,00	0,00	0,00
605	34490525200 - VEICULOS DE TRACÇÃO MECANICA	454.900,00	432.000,00	0,00	0,00	22.900,00
658	33390151400 - DIARIAS NO PAIS (DENTRO DO ESTADO)	21.750,00	0,00	0,00	0,00	21.750,00
658	33390305400 - MATERIAL GRAFICO	195.508,65	3.320,65	0,00	0,00	192.188,00
658	34490525200 - VEICULOS DE TRACÇÃO MECANICA	785.000,00	0,00	0,00	0,00	785.000,00
	TOTAL CONSOLIDADO	15.588.901,58	1.672.042,03	0,00	10.410,18	13.916.859,55

Das despesas empenhadas, foram liquidadas e pagas R\$ 13.916.859,55, resultando assim em inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$: 1.672.042,03, e zero em restos a pagar processados.

Observando as despesas por atividade, as despesas empenhadas no valor de R\$: 15.588.901,58, a atividade de proteger, monitorar e controlar os recursos naturais e representa 48% das despesas correntes, conforme quadro abaixo:* AV – análise vertical - montante da conta em relação ao montante do grupo.

PROGRAMA DE TRABALHO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 18011		AV
PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO		%
1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	218.112,38	
1490 - REALIZAR PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS	218.112,38	1%
2098 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	15.370.789,20	99%
2026 - ADMINISTRAR A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	343.965,00	2%
2068 - DESCENTRALIZAR E DESBUCROCRATIZAR O LICENCIAMENTO	57.000,00	0%
2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL	1.410.769,81	9%
2229 - PROMOVER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS	89.980,00	1%
2280 - PROMOVER O LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE EMPREENDIMENTOS	396.230,55	3%
2583 - REALIZAR EDUCAÇÃO E DIFUSÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	1.583.310,45	10%
2709 - PROTEGER, MONITORAR E CONTROLAR OS RECURSOS NATURAIS	7.458.493,94	48%
2847 - PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	4.031.039,45	26%
TOTAL	15.588.901,58	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

NOTA 4-Demonstrativo de Superávit/déficit

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas.

Esta unidade 180011 - FEPRAM obteve um resultado superavitário de R\$: 16.608.907,89 apurado que será detalhado em quadro nas notas explicativas do balanço Patrimonial.

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	20.381.401,39	21.215.921,97
Ordinária	-	-
Vinculada	20.381.401,39	21.215.921,97
Recursos Vinculados a Fundos	19.766.535,42	21.023.922,98
Outras Vinculações de Recursos	614.865,97	191.998,99
Transferências Financeiras Recebidas (II)	229.551,99	17.483,41
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	229.551,99	17.483,41
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	4.259.525,08	5.803.491,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.672.042,03	1.658.183,80
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	2.356.899,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.272.449,60	1.788.408,42
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	315.033,45	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	27.598.760,67	26.703.249,15
Caixa e Equivalente de Caixa	27.598.760,67	26.703.246,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	2,30
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	52.469.239,13	53.740.145,85

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	15.588.901,58	15.722.553,05
Ordinária	-	-
Vinculada	15.588.901,58	15.722.553,05
Recursos Vinculados a Fundos	14.586.642,93	14.976.039,88
Outras Vinculações de Recursos	1.002.258,65	746.513,17
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.384.601,28	1.281.390,82
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	3.041.152,07	1.263.907,41
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	1.343.449,21	17.483,41
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	9.504.617,42	9.137.441,31
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	4.519.659,70	7.306.234,42
Pagamento de Restos a Pagar Processados	2.504.240,30	122.536,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.256.241,69	1.613.617,81
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	224.475,73	95.052,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	22.991.118,85	27.598.760,67
Caixa e Equivalente de Caixa	22.991.118,85	27.598.760,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	52.469.239,13	53.740.145,85

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	-	-	-	-	-	-
Vinculada	20.381.401,39	-	20.381.401,39	21.215.921,97	-	21.215.921,97
Recursos Vinculados a Fundos	19.766.535,42	-	19.766.535,42	21.023.922,98	-	21.023.922,98
Outras Vinculações de Recursos	614.865,97	-	614.865,97	191.998,99	-	191.998,99
TOTAL	20.381.401,39	-	20.381.401,39	21.215.921,97	-	21.215.921,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO- FEPRAM - EXERCÍCIO 2022

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 103, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o Balanço Financeiro demonstra a receita (líquidas das deduções) e despesas orçamentárias, ordinárias e vinculadas, bem como os recebimentos (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de natureza extra, orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte orçamentária. Cabe destacar que o formato do Balanço Financeiro está de acordo com a Lei nº 4.320/1964, conforme a MCASP, em que as receitas e despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas. Os Ingressos e os Dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios. Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas correspondem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra, orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos Extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- inscrição de restos a pagar.

É importante destacar o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64: "Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária." Pagamentos Extra orçamentários evidenciam os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
- restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

NOTA 1-RECEITAS

O total das receitas Orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2022, foi de R\$ 20.381.401,39, sendo que o total arrecado foi de receita corrente, subdividido nos grupos de imposto taxas no valor de R\$: 17.033.152,12.

Caixa e Equivalente de Caixa O saldo demonstrado nesse grupo de contas, Conta Contábil Tipo do Banco Valor 1.1.1.1.1.19.02 Banco do Brasil de R\$: 22.991.118,85, refere-se ao saldo financeiro disponíveis por fonte na conta banco, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Controle de Domicílios Bancários por UG e Fonte de Recursos	
UNIDADE: 180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	
ATE O MES: - DEZEMBRO	
Unidade + Fonte + Conta Bancária	Saldo Financeiro Disponível
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	22.991.118,85
0205 Recursos Destinados Ao Fepram	9.126.716,84
00102757X0000024155	7.942.357,39
00102757X0000091308	16.562,47
00102757X0000100749	986.884,37
00102757X0000106410	179.335,41
00102757X0004001400	1.577,20
0251 Recursos Destinados Ao Fundo Estadual Dos Direitos Da Pessoa Idosa - Fedipi	151.100,60
00102757X0000024155	151.100,60
0258 Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	806.864,96
00102757X0000106410	806.864,96
0264 Recursos Destinados Ao Funclima	0,00
00102757X0000100749	0,00
0605 Recursos Destinados Ao Fepram	7.996.350,57
00102757X0000024155	6.580.040,07
00102757X0000091308	127.072,06
00102757X0000100749	1.286.542,65
00102757X0004001400	2.695,79
0616 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm. Di	0,00
00102757X0000106410	0,00
0658 Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	4.729.495,24
00102757X0000106410	4.729.495,24
9999 Fonte Extra-Orçamentária	180.590,64
00102757X0000024155	154.969,56
00102757X0000106410	25.000,00
00102757X0004001400	621,08
Total Consolidado	22.991.118,85

FONTE:DIVE PORT

NOTA 2-Pagamentos Extra-Orçamentários.

Abaixo será demonstrado os pagamentos referentes a restos a pagar processados e não processados por fonte:

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

FONTE DE RECURSO	INSCRIÇÃO DE RPP	RPP A LIQUIDAR	RPP LIQUIDADO A PAGAR	RPP PAGOS	RPP CANCELADOS	TOTAL DE RPP A PAGAR
205	R\$ 656.899,10	R\$ -		R\$ 656.899,10	R\$ -	R\$ -
605	R\$ 1.700.000,00	R\$ -		R\$ 1.700.000,00	R\$ -	R\$ -
658	R\$ 152.133,70	R\$ -	R\$ 4.792,50	R\$ 147.341,20	R\$ -	R\$ 4.792,50
	R\$ 2.509.032,80	R\$ -		R\$ 2.504.240,30	R\$ -	R\$ 4.792,50

FONTE:DIVEPORT

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

FONTE DE RECURSO	INSCRIÇÃO DE RPÑP	RPÑP A LIQUIDAR	RPÑP LIQUIDADO A PAGAR	RPÑP PAGOS	RPÑP CANCELADOS	TOTAL DE RPÑP A PAGAR
658	R\$ 5.877.147,30	R\$ 2.809.596,88	R\$ 0,00	R\$ 3.031.997,35	R\$ 35.553,07	R\$ 2.809.596,88
605	R\$ 2.867.720,77	R\$ 1.704.778,73	R\$ 0,00	R\$ 888.362,07	R\$ 274.579,97	R\$ 1.704.778,73
205	R\$ 1.121.281,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 599.300,28	R\$ 521.981,03	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.866.149,38	R\$ 4.514.375,61	R\$ 0,00	R\$ 4.519.659,70	R\$ 832.114,07	R\$ 4.514.375,61

FONTE:DIVEPORT

No quadro de pagamentos extra-orçamentários, observa-se pagamento no valor de R\$: 4.519.659,70, de restos a pagar não processados e pagamentos no valor de R\$: 2.504.240,30 de restos a pagar processados , perfazendo assim um valor total de R\$: 7.023.900,00, demonstrado como dispêndios no balanço orçamentário.

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.991.118,85	27.598.760,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	22.991.118,85	27.598.760,67
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	953.076,38	953.076,38
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	953.076,38	953.076,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.183.020,22	1.221.885,94
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.178.525,45	1.126.833,45
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	4.494,77	95.052,49
ESTOQUES	-	55.555,66
ALMOXARIFADO	-	55.555,66
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.127.215,45	29.829.278,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.284.721,09	773.097.546,23
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	771.072.176,90
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.284.721,09	2.025.369,33
IMOBILIZADO	-	-
BENS MOVEIS	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.284.721,09	773.097.546,23
TOTAL DO ATIVO	26.411.936,54	802.926.824,88

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.792,50	150.783,70
PESSOAL A PAGAR	4.792,50	147.341,20
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	3.442,50
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	156.899,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	156.899,10

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	191.000,82	2.376.142,91
VALORES RESTITUÍVEIS	191.000,82	174.792,91
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	2.201.350,00
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	195.793,32	2.683.825,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	26.216.143,22	800.242.999,17
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	26.216.143,22	800.242.999,17
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.216.143,22	800.242.999,17
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.411.936,54	802.926.824,88

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	31/12/2022	31/12/2021
ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO		
Ativo Financeiro	22.991.118,85	27.693.813,16
Ativo Permanente	3.420.817,69	775.233.011,72
Total Ativo (I)	26.411.936,54	802.926.824,88
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.382.210,96	12.549.975,09
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	6.382.210,96	12.549.975,09
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	20.029.725,58	790.376.849,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021
05 Recursos Destinados ao FEPRAM	13.739.157,12	12.262.304,71
51 Recursos destinados ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FEDIPI	151.100,60	-
58 Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	2.718.650,17	2.881.533,36
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	16.608.907,89	15.143.838,07

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública através de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). O ativo total perfaz um valor de R\$: 26.411.936,54 sendo R\$: 25.127.215,45 do ativo circulante e R\$: 1.284.721,09 do ativo não circulante.

O Balanço Patrimonial da Unidade Gestora 180011 – FEPRAM, encontra-se representado pelas seguintes contas:

Quadro Resumido do BALANÇO PATRIMONIAL Exercício /2022/2021

GRUPO DE CONTAS			AV*		AH*
	2022	2021	2022	2021	
ATIVO CIRCULANTE	25.127.215,45	29.829.278,65	95,14%	3,72%	-15%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.284.721,09	773.097.546,23	4,86%	96,28%	-99%
SOMA TOTAL	26.411.936,54	802.926.824,88	100%	100%	-96%
PASSIVO CIRCULANTE	195.793,32	2.683.825,71	0,02%	0,33%	-93%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	800.242.999,17	800.242.999,17	99,98%	99,67%	
SOMA TOTAL	800.438.792,49	802.926.824,88	100%	100%	-0,31%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

NOTA 1-Comparação Ativo/Passivo e Patrimônio Líquido.

* AV – análise vertical - montante da conta em relação ao montante do grupo; * AH – análise horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal;

Na análise vertical é observado o valor da conta em relação ao total do grupo, a exemplo da conta do ativo circulante sobre o total do ativo. Já na análise horizontal é uma análise temporal, é um comparativo de um exercício para outro.

Sob ótica da análise vertical desse quadro exposto acima, nota-se que o ativo circulante do exercício de 2022 representa cerca 95% do total do grupo. Ao comparar essa mesma conta em relação ao exercício anterior, a mesma obteve um decréscimo de 15%.

Já o ativo não circulante representa 4,86% do total grupo ativo em 2022, percebe-se que o mesmo obteve um decréscimo aproximadamente de 99% em relação ao exercício anterior. Isso se deu ao fato que dezembro de 2022 houve um lançamento de Crédito tributário para PGE, em atendimento da implementação da nova Política Contábil de Dívida Ativa do Estado de Rondônia, na qual consiste no registro do estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, no sistema de contabilidade, pela UG 110003 - Procuradoria Geral do Estado (PGE), fez-se necessária a atualização dos eventos e os procedimentos a serem operacionalizados no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

Conforme orientação **Roteiro Contábil nº007/2022/COGES - Dívida Ativa Tributária e Não Tributária**, apensado no processo 0088.068541/2022-36, esta UG 180011-FEPRAM, transferiu R\$ 904.923.253,59 e R\$ 136.362.830,39 para UG UG 110003 - Procuradoria Geral do Estado (PGE), lançamento este que resultou na diminuição significativa do ativo não circulante. Segue tabela com lançamento:

Período	Documento	Dívida Ativa Não Tributária	Valor
Saldo em 31/10/2022	2022NLO19483	Estoque	904.923.253,59
Saldo em 31/10/2022	2022NLO16152	Ajuste	136.362.830,39

Informado Ofício 7061 sob ID(0033481724) processo: 0088.068339/2022-12

Quanto ao Patrimônio Líquido o mesmo representa 99,98% em 2022 não houve alteração comparado ao exercício de 2021.

NOTA 2-Caixa e Equivalente de Caixa:

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, classificando-se como tal os investimentos com vencimento original de até três meses.

Abaixo será detalhado o saldo de caixa e equivalente de caixa apurado no Balanço Patrimonial:

Controle de Domicílios Bancários por UG e Fonte de Recursos	
UNIDADE: 180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	
ATE O MES: - DEZEMBRO	
Unidade + Fonte + Conta Bancária	Saldo Financeiro Disponível
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	22.991.118,85
0205 Recursos Destinados Ao Fepram	9.126.716,84
00102757X0000024155	7.942.357,39
00102757X0000091308	16.562,47
00102757X0000100749	986.884,37
00102757X0000106410	179.335,41
00102757X0004001400	1.577,20
0251 Recursos Destinados Ao Fundo Estadual Dos Direitos Da Pessoa Idosa - Fe	151.100,60
00102757X0000024155	151.100,60
0258 Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	806.864,96
00102757X0000106410	806.864,96
0264 Recursos Destinados Ao Funclima	0,00
00102757X0000100749	0,00
0605 Recursos Destinados Ao Fepram	7.996.350,57
00102757X0000024155	6.580.040,07
00102757X0000091308	127.072,06
00102757X0000100749	1.286.542,65
00102757X0004001400	2.695,79
0616 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm	0,00
00102757X0000106410	0,00
0658 Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	4.729.495,24
00102757X0000106410	4.729.495,24
9999 Fonte Extra-Orçamentária	180.590,64
00102757X0000024155	154.969,56
00102757X0000106410	25.000,00
00102757X0004001400	621,08
Total Consolidado	22.991.118,85

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

A disponibilidade de caixa desta unidade é na ordem de R\$ 22.991.118,85 conforme demonstrado acima. A maior parte está concentrada na conta corrente 24155 que é uma conta de arrecadação deste fundo.

Cabe salientar que esta fonte 0251- Recurso Destinado Ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, não pertence a este Fundo 180011 FEPRAM, porém o valor de R\$ 151.100,60 é proveniente de rendimento financeiro na conta corrente 24155 do Banco do Brasil. A situação está sendo regularizada no exercício de 2023 conforme tratativas em processo:0028.003897/2023-10.

NOTA-3 - Créditos a Curto Prazo

O saldo de R\$ 953.076,38 (novecentos e cinquenta e três mil setenta e seis reais e trinta e oito centavos), refere-se ao saldo de estoque da dívida ativa não tributária de parcelamento, informação esta extraída do processo 0020.007947/2021-46, oriunda da Procuradoria de Ativos Financeiros.

NOTA- 4 - Demais Créditos a Curto Prazo

O valor exibido neste grupo de conta na ordem de R\$: 1.183.020,22 , está registrado na conta contábil 113110100 - Adiantamento Concedidos a Pessoal (Diárias), valores disponibilizados durante o exercício, o qual em dezembro de 2022 restaram pendências de prestação, porém segue o curso normal do processo administrativo .

Da concessão e prestação de contas

Para fins de concessão de passagens e de diárias é necessário que haja compatibilidade entre os motivos do deslocamento e o interesse público, bem como correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhadas no exercício da função gratificada, ou do cargo em comissão. Trata-se de regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Observa-se uma diminuição das pendências de prestação de contas de diárias do exercício anterior para o exercício de 2022, resultante da atividades de controle e notificação do setor competente instaurado através dos processos nº 0028.082308/2022-71 e 0028.083953/2022-19 , o qual solicita a realização de análise e as devidas baixas para o setor competente.

NOTA- 5 Créditos a Longo Prazo

O diminuição expressada neste grupo de contas que no exercício de 2021 havia um montante de R\$: 771.072.176,90, e no exercício de 2022 zerou, refere-se ao registro de lançamento de transferência do estoque da dívida ativa não tributária ambiental, conforme já citado na **NOTA 1 deste demonstrativo Balanço Patrimonial.**

NOTA- 6 Bens Móveis e Imóveis

Os bens imóveis, móveis, de consumo e permanentes, adquiridos pelo Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPRAM são transferidos para a Secretaria de Estado de desenvolvimento Ambiental - SEDAM em obediência ao Decreto Estadual nº 7.902, de 17 de julho de 1997. Sendo assim, não possui bens.

NOTA - 7 Fonte de Recursos

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, podendo ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais. No exercício de 2022, o superávit apurado foi no total de R\$ 16.608.907,89, este valor encontram-se todos registrado na fonte 05 - Recurso Destinado ao Fundo Especial de Proteção Ambiental e na fonte 58 - Recurso de Acordo e Lei Anti-corrupção, e erroneamente na fonte 0251, como já citado na **NOTA 2.** Sendo assim o valor de **R\$ 151.100,60**, ficará de superávit para o exercício de 2024. Portanto o Superávit a ser considerado pelas fontes pertencentes a este Fundo é de R\$ 16.457.807,29

O superávit financeiro poderá ser aberto conforme discricionariedade do ordenador de despesas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64. Segue quadro demonstrando superávit por fonte:

Fonte Recurso	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado
0205 - Recursos Destinados Ao Fepram	8.400.472,21
0251 - Recursos Destinados Ao Fundo Estadual Dos Direitos Da Pessoa Idosa - Fedipi	151.100,60
0258 - Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	806.864,96
0264 - Recursos Destinados Ao Funclima	0,00
0605 - Recursos Destinados Ao Fepram	5.338.684,91
0616 - Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm. Direta	0,00
0658 - Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	1.911.785,21
9999 - Fonte Extra-Orçamentária	0,00
Total Consolidado	16.608.907,89

fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios- SIAFEM

NOTA - 7.1-Descentralização de Crédito

O Governador do Estado de Rondônia sancionou e publicou a Lei n. 3.989/2017, que dispõe sobre o procedimento de descentralização de crédito no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

A Descentralização de Crédito é o processo por meio do qual um órgão ou entidade transfere a outro a possibilidade de utilização dos créditos orçamentários. Por meio da Nota Descentralização de Crédito ocorrem as movimentações externas de créditos orçamentários entre diferentes unidades orçamentárias do mesmo órgão (Provisão) e de órgãos diferentes (Destaque).

Em sendo assim, o instrumento por meio do qual serão fixadas as condições para a descentralização de crédito orçamentário, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º da Lei n. 3.989/2017, é o Termo de Cooperação. O qual este reger-se-á pelo disposto no art. 116 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº 3.307 de 19 de dezembro de 2013, Portaria Interministerial nº 507/11 e outras correlatas.

FONTE 0205 RECURSOS DESTINADOS AO FEPRAM

A Descentralização de crédito entre a UG concedente 180011 e a UG favorecida 150001 é concernente a ações integradas entre SESDEC e FEPRAM para emprego de aeronaves de asas rotativas da SESDEC em ações de fiscalização ambiental, combate ao desmatamento ilegal, queimadas não autorizadas, proteção de Unidades de Conservação, extração ilegal de madeiras e outras ações de interesse da fiscalização ambiental.

O procedimento foi instituído por meio do Termo de Cooperação de Descentralização de Crédito- **TCDC Nº 004/PGE-2022**, todo trâmite está comprovado através do processo 0004.001123/2022-41.

Vale destacar que embora a unidade favorecida seja detentora do empenho, após a efetiva liquidação, o financeiro será repassada pela concedente, uma vez que possui a respectiva disponibilidade financeira. Logo, demonstramos na tabela abaixo, a disponibilidade financeira da UG 180011 na fonte 205.

Fonte Recurso	Disponibilidade e Financeira Bruta	Não Processados de Exercícios Anteriores	Empenhos não Liquidados	Superávit ou Déficit Financeiro (Antes dos Valores Restituíveis)	Valores Restituíveis	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado
0205 - Recursos Destinados Ao Fepram	9.126.716,84	0	724.744,63	8.401.972,21	1.500,00	8.400.472,21

FUNTE 0658 – RECURSOS ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPÇÃO

A Descentralização de crédito entre a UG concedente 180011 e a UG favorecida 150001 tem por finalidade realizar enfrentamento a ocorrências de incêndios florestais e queimadas, com o intuito de contribuir para a redução das ocorrências de degradação ambiental por uso do fogo, apresentado no Plano de Operações para a Temporada de Incêndios Florestais de 2021 – POTIF 2021.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.295.672,85	17.785.719,88
TAXAS	13.295.672,85	17.785.719,88
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	823.370,13	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	823.370,13	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.524.879,14	645.980,43
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.524.879,14	645.980,43
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	229.551,99	17.483,41
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.551,99	17.483,41
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	40,68
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	40,68
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.621.583,81	1.135.712,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.621.583,81	1.135.712,90
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	20.495.057,92	19.584.937,30

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
 Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
 Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	3.073.159,81	2.471.903,72
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.073.159,81	2.471.903,72
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.176,67	-
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.176,67	-
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13.588.545,22	11.097.767,25
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	959.029,77	228.795,50
SERVIÇOS	12.629.515,45	10.868.971,75
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	777.803.233,29	8.249.000,02
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	777.304.629,59	6.029.650,02
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	-	2.200.000,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	28.905,00	19.350,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	469.698,70	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	26.141.692,49
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	26.141.692,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	55.798,88	80.668,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	55.798,88	80.668,54
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	794.521.913,87	48.041.032,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(774.026.855,95)	(28.456.094,72)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964 em seu Artigo 35, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (MCASP, parte V, 9ª Válida a partir do exercício de 2022). O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

DEMONSTRAÇÕES VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
	2022	2021	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.495.057,92	19.584.937,30	4%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	794.521.913,87	48.041.032,02	1554%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(774.026.855,95)	(28.456.094,72)	2620%

NOTA-1 Resultado Patrimonial

No exercício de 2022, a FEPRAM apresentou um resultado negativo a menor em 2620% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$: -774.026.855,95. Observa-se que as variações patrimoniais diminutivas registra um saldo expressivo. Isso ocorreu pelo fato descrito na **NOTA 1 do Balanço Patrimonial**.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	23.198.436,43	23.021.816,10
Receita Tributária	17.033.152,12	20.562.057,45
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	823.370,13	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	2.524.879,14	645.980,43
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	7.884,09
Transferências recebidas	229.551,99	17.483,41
Outros ingressos operacionais	2.587.483,05	1.788.410,72
Desembolsos	26.478.384,33	17.378.043,08
Pessoal e demais despesas	17.413.065,63	14.387.981,96
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	6.584.601,28	1.281.390,82
Outros desembolsos operacionais	2.480.717,42	1.708.670,30
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	(3.279.947,90)	5.643.773,02
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	1.327.693,92	4.748.259,20
Aquisição de ativo não circulante	1.327.693,92	4.748.259,20
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(1.327.693,92)	(4.748.259,20)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	(4.607.641,82)	895.513,82
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	27.598.760,67	26.703.246,85
Caixa e Equivalente de Caixa Final	22.991.118,85	27.598.760,67

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	229.551,99	17.483,41
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	229.551,99	17.483,41
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	2.200.000,00	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	2.200.000,00	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	4.384.601,28	1.281.390,82
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	6.584.601,28	1.281.390,82

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	17.413.065,63	14.387.981,96
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	17.413.065,63	14.387.981,96

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. A Demonstração de Fluxos de Caixa do Estado de Rondônia, permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

NOTA 1-FLUXO OPERACIONAL

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças. Ao analisar o quadro abaixo é possível verificar que a receita tributária foi a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 73,42% do total dos ingressos, seguido da remuneração das disponibilidades com 10,88% e as transferências recebidas representam menos de 1%.

FLUXOS DE CAIXA	VALOR R\$	AV(%)
Ingressos	23.198.436,43	100%
Receita Tributária	17.033.152,12	73,42%
Receita de Contribuição	0,00	0,00%
Receita Patrimonial	0,00	0,00%
Receita Agropecuária	0,00	0,00%
Receita Industrial	0,00	0,00%
Receita de Serviços	0,00	0,00%
Remuneração das Disponibilidades	2.524.879,14	10,88%
Outras Receitas Derivadas	-	0,00%
Transferências recebidas	229.551,99	0,99%
Outros ingressos operacionais	2.587.483,05	11,15%

NOTA-2 Remuneração de Disponibilidade

Compreende o saldo de R\$ 2.524.879,14 demonstrado nesse grupo de contas, representa toda a receita realizada proveniente das contas bancárias registradas e contabilizadas mensalmente.

NOTA-3 Outras Receitas Derivadas e Originárias

Em relação aos desembolsos o gasto com pessoal e demais despesas representou 65,76% do total dos desembolsos, totalizando R\$ 17.413.165,63. Conforme tabela abaixo;

FLUXOS DE CAIXA DAS	VALOR R\$	AV(%)
Desembolsos	26.478.381,33	100%
Pessoal e demais despesas	17.413.065,63	65,76%
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00%
Transferências concedidas	6.584.601,28	24,87%
Outros desembolsos operacionais	2.480.717,42	9,37%

NOTA-4 Caixa e Equivalente de Caixa

No Exercício de 2022 o caixa e Equivalente de Caixa, apresenta o saldo de R\$: 22.991.118,85, referente a saldos financeiros nas contas bancárias contabilizadas mensalmente no SIGEF e encaminhadas para homologação da Contabilidade Geral do Estado - COGES:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$: 4.607.641,82, comparado ao

mesmo período de 2021 houve uma redução de 415% conforme quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO BF x DFC	2022	2021	AH*
Caixa e Equivalente de Caixa(exercício seguinte)	27.598.760,67	26.703.246,85	3%
Caixa e Equivalente de Caixa(exercício anterior)	22.991.118,85	27.598.760,67	-20%
Geração Líquida de Caixa e Eq. De caixa	(4.607.641,82)	895.513,82	-415%

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64 Exercício de 2022

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							800.242.999,17		800.242.999,17
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-774.026.855,95	-	-774.026.855,95
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							26.216.143,22		26.216.143,22

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

Analista Contábil / COGES

Setorial / SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO GARCIA DE SOUZA

Coordenador de Patrimônio, Administração e Finanças

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE M. LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA



Documento assinado eletronicamente por **Rosicley Tavares Nascimento Nery, Contador(a)**, em 14/03/2023, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).